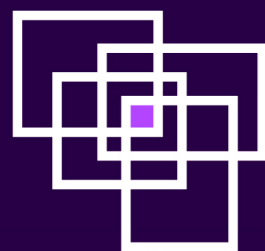


NOVO CONSELHO DE ADM

Oito membros eleitos e um triênio pela frente. Os associados do IIA Brasil escolheram seus representantes e poderão, agora, conhecer os temas que estarão sob os olhares atentos da gestão formatada. As informações chegam pela voz de Fábio Pimpão, presidente do Conselho de Administração do IIA Brasil para os anos de 2023 a 2025. O executivo falou à *Auditor Interno Magazine* e trazemos, nesta edição, o conteúdo completo dessa entrevista especial.



43ª EDIÇÃO
CONBRAI2023
CONGRESSO BRASILEIRO DE AUDITORIA INTERNA

EVENTO
HÍBRIDO

26 a 28 de NOVEMBRO

VILLA BLUE TREE | SÃO PAULO - SP

MUNDO HÍBRIDO

A integração entre passado, presente e futuro na Auditoria Interna



conbrai.com.br

INSCREVA-SE

Realização



ÍNDICE

09



CAPA - ENTREVISTA | NO COMANDO

Fábio Pimpão, novo presidente do Conselho de Administração do IIA Brasil, conversou com nossos jornalistas sobre os planos e desafios dos membros eleitos para a gestão 2023/2025. Conheça também o perfil desse executivo que já atua há 10 anos no instituto.

05 EDITORIAL | PODE ISSO?

Artigo redigido por Paulo Gomes, diretor-geral do IIA Brasil, traz reflexão a respeito do conflito de interesse, nepotismo e da implantação de governança para gerir a ocupação de cargos de liderança nos setores público e privado.

13 OPINIÃO | NÃO SE TRATA DE OPÇÃO

Environmental, Social & Governance. Os conceitos e problemáticas a cerca desses três termos que compõem a agenda "ESG" foram esmiuçados pelo auditor Dane Fernandes em artigo sobre desenvolvimento sustentável.

18 AGENDA | CURSOS ON-LINE

Já está disponível a programação de cursos do IIA Brasil para o segundo semestre de 2023. Confira as datas, valores dos treinamentos e descubra como saber mais sobre os serviços de capacitação do instituto.

EXPEDIENTE

Ano 5 | Edição 38 | Novembro e Dezembro 2022

A AIM é uma publicação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Rua Barão do Triunfo, 520 – cj. 42 (4º andar). Brooklin Paulista. São Paulo (SP). Contato: +55 (11) 5503.4040 | iiabrasil.org.br



Produção Editorial e Revisão: Agência Stóia e IIA Brasil
Projeto Gráfico | Diagramação: Elisangela Hiratsuka | Tiago Cruz
Jornalista Responsável / Editor: Tiago Cruz | DRT: 6.300 (PR)
Imagem da capa: Drazen Zigic / Freepik
Redação: marketing@iiabrasil.org.br
Conselho Editorial | Diretoria Executiva (Gestão 2021/2022): Paulo Roberto Gomes, Juliano Berton da Silva, Ricardo Henrique Baras, Debora Lage Martins Lelis (CIA, CCSA, CRMA) e Cristiane da Cunha Casagrande.

Conselho de Administração (Gestão 2021/2022): Isabel Cristina Bittencourt Santiago (CIA, CRMA), Fábio de Figueiredo Pimpão (CIA, CCSA, CRMA), Tânia Mara Cordeiro (CCSA), Márcia da Rosa Pereira (CIA, CCSA), Hélio Takashi Ito (CCSA, CRMA), Walkyria Aparecida Augusto (CIA, CCSA, CRMA), Tikara Yoneya (CIA, CRMA) e Carlos Renato Fontes Trisciuzzi (CIA, QIAL, CRMA, CCSA, Contados, MSc.).

IMPLANTAÇÃO DE GOVERNANÇA PARA O PREENCHIMENTO DE POSIÇÕES DE LIDERANÇA

Por Paulo Gomes
Diretor-geral do IIA Brasil



Foto: IIA Brasil

A cada mudança de governo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, somos confrontados com uma situação peculiar que envolve a nomeação de ocupantes de uma série de funções na administração pública. Ainda que, na maioria das vezes, as indicações para cargos em comissão considerem a qualificação e a experiência necessárias para as posições a serem preenchidas, em muitos casos é evidente a influência de posicionamento político, relações pessoais ou familiares. Em algumas delas, a afinidade chega a se sobrepor às qualidades e talentos dos postulantes. Importante salientar que tal situação não se restringe à esfera pública.

A prática do aparelhamento de órgãos técnicos, governamentais ou privados, com o intuito de atender interesses específicos ou

“O aparelhamento de órgãos técnicos, governamentais ou privados, para atender interesses específicos ou pessoais, é condenável. Tal ato coloca em risco a ética e a imparcialidade na condução da gestão pública ou privada. Quando profissionais que ocupam cargos de liderança agem assim colocam em risco a credibilidade e a confiança da organização perante a sociedade e seus *stakeholders*, podendo afetar gravemente a reputação, gerando prejuízos financeiros e de imagem.”

Quais são as ferramentas de auditoria necessárias para combater conflitos de interesses e nepotismo nas empresas?



“Critérios de qualificação e comprovada experiência devem pautar a escolha dos ocupantes de cargos. Para isso, é fundamental ter um sistema de governança bem estruturado que avalize a integridade da gestão e o sucesso da organização. Somente com essa estrutura sólida e bem definida é possível garantir a escolha dos melhores líderes para uma organização. A falta de procedimentos internos claros abre espaço para escolhas baseadas em fatores subjetivos em vez de qualificações técnicas e habilidades em gestão. Além disso, a ausência de mecanismos de controle pode permitir práticas inadequadas ou até mesmo ilegais, como corrupção, nepotismo e favorecimento de grupos específicos, comprometendo a integridade da instituição e afetando negativamente sua credibilidade perante a sociedade.”

peçoais, é condenável. Tal ato coloca em risco a ética, a imparcialidade e a isenção na condução da gestão pública ou privada. Quando profissionais que ocupam cargos de liderança agem de forma ideológica, colocam em risco a credibilidade e a confiança da organização perante a sociedade e seus *stakeholders*, podendo afetar gravemente a reputação, gerando

prejuízos financeiros e de imagem.

Em muitas situações, o processo de escolha de dirigentes de uma organização ou ocupantes de cargos dá margem a favorecimentos e retribuições que põem em risco a eficiência da gestão e o desempenho. Não é raro que empresas ou pessoas envolvidas nessas negociações sejam posteriormente beneficiadas com contratos de serviço celebrados sem uma análise prévia criteriosa, justa e transparente das condições oferecidas. É o chamado conflito de interesse.

Esses conflitos são prejudiciais às instituições, sejam elas empresas, organizações governamentais ou não governamentais. Quando não detectados e tratados adequadamente, geram problemas, além de comprometerem a ética e a transparência. Para evitá-los, é imprescindível haver mecanismos de controle que garantam a observância de critérios técnicos e de qualidade nas contratações.

Da mesma forma, critérios de qualificação e comprovada experiência devem pautar a escolha dos ocupantes de cargos. Para isso, é fundamental ter um sistema de governança bem estruturado, com procedimentos internos e mecanismos de controle eficazes, que avalize a integridade da gestão e o sucesso da organização. Somente com essa estrutura sólida e bem definida é possível garantir a escolha dos melhores líderes para uma organização ou instituição.

A falta de procedimentos internos claros abre espaço para escolhas baseadas em fatores subjetivos, como popularidade ou relações pessoais, em vez de qualificações técnicas e habilidades em gestão. Além disso, a ausência de mecanismos de controle pode permitir práticas inadequadas ou até mesmo ilegais, como corrupção, nepotismo e favorecimento de grupos específicos, comprometendo a integridade da instituição e afetando negativamente sua credibilidade perante a sociedade.

É necessário que a transparência e a ética sejam valores essenciais à cultura de qualquer órgão ou organização, de forma que não haja espaço para práticas ilegais ou antiéticas. A implementação de uma cultura forte, com a adoção de códigos de conduta e políticas de integridade, também é importante para prevenir a ocorrência de conflitos de interesse e outras práticas que possam prejudicar a gestão, a reputação e os resultados. **AI**



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

LGPD

à luz da Auditoria Interna

Aprenda os conceitos de Segurança da Informação e entenda como as empresas devem se portar para adequar-se as normas de privacidade e tratamento de dados pessoais que atingem diretamente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados



CONHEÇA O NOVO PRESIDENTE DO IIA BRASIL

DA REDAÇÃO
marketing@iiabrasil.com.br

Nesta edição da *Auditor Interno Magazine*, apresentamos uma entrevista especial com Fábio Pimpão, o novo presidente do Conselho de Administração do IIA Brasil eleito para o triênio 2023/2025. Em uma conversa leve, franca e direta, ele comenta sobre as perspectivas do instituto para a nova gestão e envia uma mensagem aos associados.

Fábio Pimpão é diretor de Auditoria Interna na Whirlpool, sendo responsável por trabalhos na América Latina. Além disso, administra o Programa de Sarbanes-Oxley para a região, apresentando os resultados trimestralmente à Alta Administração da companhia. Ele possui as certificações CIA, CCSA e CRMA, é administrador de empresas com pós-graduação em Controladoria e conta com um MBA em Gestão Empresarial. Pimpão tem passagens em outras empresas multinacionais, como a American Axle & Manufacturing, onde permaneceu por seis anos com atividades no México e Estados Unidos. Defensor assíduo da profissão, também é membro do *International Internal Audit Standards Board* (The IIA). Acompanhe a entrevista.

AIM – Você faz parte do corpo administrativo do IIA Brasil há quase 10 anos e esta é a primeira vez que assume a função de presidente do Conselho. Como foi essa caminhada até 2023 e como você se sente diante da nova responsabilidade?

“Tenho uma mensagem muito importante. Na verdade, é um pedido de ajuda. Quero solicitar a todos que estimulem o uso das *Normas* no seu ambiente de trabalho. Neste ano, o The IIA deve concluir a revisão das *Normas* e é fundamental que os associados se atualizem e compartilhem com seus pares as novidades. Essa conduta fortalecerá a nossa profissão e a concretização das atualizações depende de todos nós.”

FÁBIO PIMPÃO – Foi uma caminhada com muito trabalho. Posso destacar que nesse período passamos por duas importantes alterações do Estatuto Social; implantamos três novos comitês; fortalecemos a conexão com o *The Institute of Internal Auditors* (The IIA), ampliando, principalmente, a parceria na geração e compartilhamento de conteúdo de pesquisas; e expandimos a gama de serviços aos associados com novos cursos e encontros. Além disso, desenvolvemos o Conbrai (Congresso Brasileiro de Audito-

Fábio Pimpão (CIA, CCSA e CRMA) é diretor de Auditoria Interna na Whirlpool, sendo responsável por trabalhos na América Latina.

“Foi uma caminhada com muito trabalho. Posso destacar que nesse período passamos por duas importantes alterações do Estatuto Social; implantamos três novos comitês; fortalecemos a conexão com o *The Institute of Internal Auditors* (The IIA), ampliando, principalmente, a parceria na geração e compartilhamento de conteúdo de pesquisas; e expandimos a gama de serviços aos associados com novos cursos e encontros. Além disso, desenvolvemos o Conbrai (Congresso Brasileiro de Auditoria Interna) a ponto do evento se tornar um dos principais da carreira na América Latina, dobrando o número de participantes ao longo desses últimos 10 anos. Em resumo, o instituto amadureceu sua governança, transparência e prestação de serviço nesse período e fico orgulhoso de ter participado dessas transformações. Mas temos muitos desafios ainda pela frente. Estou seguro com a nova responsabilidade porque posso contar com o apoio de excelentes profissionais que compõem o Conselho, a Diretoria Executiva e o Staff do instituto.”

ria Interna) a ponto do evento se tornar um dos principais da carreira na América Latina, dobrando o número de participantes ao longo desses últimos 10 anos. Em resumo, o instituto amadureceu sua governança, transparência e prestação de serviço nesse período e fico orgulhoso de ter participado dessas transformações. Mas temos muitos desafios ainda pela frente. Estou seguro com a nova responsabilidade porque posso contar com o apoio de excelentes profissionais que compõem o Conselho, a Diretoria Executiva e o Staff do instituto. A governança que temos hoje (com Comitês de Auditoria, Ética e Avaliação, auditores internos e externos) também me proporciona um ambiente maduro e tranquilo de trabalho para dar continuidade às ações já implantadas e instaurar bases concretas para novas transformações importantes.

AIM – *Como é ser reeleito conselheiro, tendo em vista que as eleições são definidas pelos associados do instituto?*

FÁBIO PIMPÃO – Em primeiro lugar, quero agradecer os votos e a confiança dos associados que me reelegeram como membro do Conselho de Administração. Esse trabalho, como todos sabem, é voluntário e requer muito empenho dos envolvidos para realizá-lo com qualidade. Sendo assim, os profissionais que se propõem a participar da administração do instituto são movidos pela paixão e desejo de tornar a carreira cada vez mais forte no Brasil. A reeleição concretiza a observação de que os associados acreditam no que foi realizado e isso dá muita energia para continuar.

AIM – *Apesar da sua gestão estar bem no início, poderia adiantar para os nossos leitores algum plano de ação ou tema prioritário do Conselho para o próximo triênio?*

FÁBIO PIMPÃO – Temos como um ponto central de atuação a revisão do nosso planejamento estratégico. Nesse tópico posso frisar a busca da expansão do número de associados. Precisamos olhar para o mercado, em diversos aspectos e segmentos, vislumbrando como o instituto pode se promover e agregar valor para mais pessoas. Já avançamos muito nesse sentido quando coletamos dados em algumas pesquisas sobre a profissão, desenvolvidas nos últimos

anos, e promovemos *benchmarking* com outras associações e empresas. Temos tudo para colocar o IIA Brasil como um dos três maiores institutos da carreira no mundo e estamos trabalhando para alcançar essa posição com uma prestação de serviço eficaz e de qualidade!

AIM – *Sua gestão tem início em um momento ainda delicado da economia mundial gerado pela pandemia da Covid-19. Como o novo Conselho conduzirá esse pós-crise que afeta a grande maioria das empresas e associações pelo planeta?*

FÁBIO PIMPÃO – Nós estamos bem. O IIA Brasil conseguiu, logo nos dois primeiros meses da pandemia, adaptar seus treinamentos e encontros para versões remotas com rapidez, segurança e qualidade. Isso nos proporcionou uma operação quase que dentro da normalidade. Neste período pós-pandêmico, o desafio tem mais a ver com o entendimento sobre a manutenção do formato híbrido (presencial e remoto) na oferta de capacitação. Em 2023, vamos trabalhar com esse formato nos cursos e eventos e esperamos entender a preferência dos associados. O perfil do nosso público vai determinar a continuidade ou não dos trabalhos remotos, iniciados na pandemia, mas tudo indica para uma forte concretização da hibrididade, já que ela também democratiza o acesso dos nossos serviços aos associados.

AIM – *Qual a sua mensagem para os associados do IIA Brasil?*

FÁBIO PIMPÃO – Além do forte agradecimento pela grande participação de todos nas convocações de pesquisas sobre a profissão que temos realizado nos últimos anos, tenho uma mensagem muito importante. Na verdade, não é uma mensagem, mas sim um pedido de ajuda. Quero solicitar a todas e todos que estimulem o uso das *Normas* no seu ambiente de trabalho. Neste ano, o The IIA deve concluir a revisão das *Normas* e é fundamental que os associados se atualizem e compartilhem com seus pares as novidades. Essa conduta fortalecerá a nossa profissão e a concretização das atualizações depende de todos nós. Além disso, reforço que estamos sempre abertos a sugestões e digo que temos todas as ferramentas para fecharmos em 2025 um triênio de qualidade. **A**

“Quero agradecer os votos e a confiança dos associados que me reelegeram como membro do Conselho de Administração.

Esse trabalho, como todos sabem, é voluntário e requer muito empenho dos envolvidos para realizá-lo com qualidade.

Sendo assim, os profissionais que se propõem a participar da administração do instituto são movidos pela paixão e desejo de tornar a carreira cada vez mais forte no Brasil. A reeleição concretiza a observação de que os associados acreditam no que foi realizado e isso dá muita energia para continuar.

A nova gestão vai olhar para o mercado, em diversos aspectos e segmentos, vislumbrando como o instituto pode se promover e agregar valor para mais pessoas. Já avançamos muito nesse sentido quando coletamos dados em

algumas pesquisas sobre a profissão, desenvolvidas nos últimos anos, e promovemos *benchmarking* com outras associações e empresas.

Temos tudo para colocar o IIA Brasil como um dos três maiores institutos da carreira no mundo e estamos trabalhando para alcançar essa posição com uma prestação de serviço eficaz e de qualidade!”

ESG: UMA SIGLA TRANSFORMADA EM PROPÓSITO

Por Dane Fernandes
Auditor

Sob uma perspectiva histórica, foi a partir da Revolução Industrial que se intensificou a degradação ambiental. A partir dela, o homem mudou a forma de se relacionar com a natureza, exercendo o domínio sobre ela e iniciando um período de intensa exploração dos recursos naturais.

No campo da agropecuária, a Revolução Industrial teve como reflexo a Revolução Verde, conjunto de mudanças técnicas na produção agropecuária que surgiram a partir de 1930. Essa revolução tem como arcabouço o melhoramento genético de espécies, o uso de maquinário sofisticado, a intensa mecanização do campo, o uso de adubos, de defensivos agrícolas, entre outros.

Apesar dos inegáveis ganhos, principalmente no que se refere à garantia da segurança alimentar, houve consequências também danosas para a natureza. O sistema mais utilizado pelos países que seguiram as premissas da Revolução Verde foi o da monocultura, que favorece o aparecimento de pragas e, portanto, demanda o uso mais intenso de defensivos agrícolas. Essas substâncias enfraquecem o solo, afetam a fauna e a flora, além de poluírem os rios. Outras decorrências são o desmatamento, diante da expansão da fronteira agrícola, os processos erosivos, o assoreamento dos rios e a poluição do ar.

“O avanço da técnica proporcionou uma intensificação da exploração da natureza pelo homem. Arelada a esse processo, a ampliação dos problemas ambientais fez com que essa questão se tornasse alvo de inúmeras discussões. Com efeito, a poluição e a degradação da qualidade ambiental constituem, inegavelmente, alguns dos principais efeitos externos negativos da atividade produtiva, seja na extração, na produção ou no consumo. Percebendo esses efeitos adversos e a incapacidade do planeta de absorver o ritmo exploratório, a humanidade começa a voltar os olhos para o meio ambiente.”

Saiba como o conceito de sustentabilidade chegou ao mundo corporativo e entenda a atuação dos auditores a partir das condutas ESG.

“A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que *‘todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações’*. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica. Assim, o desenvolvimento sustentável é o modelo que procura coadunar os aspectos ambiental, econômico e social, buscando um ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. Esse modelo de desenvolvimento considera em seu planejamento tanto a qualidade de vida das gerações presentes quanto a das futuras, diferentemente dos modelos tradicionais que costumam focar na geração presente ou, no máximo, na geração imediatamente posterior.”

Então, em decorrência de todo esse processo, o avanço da técnica proporcionou uma intensificação da exploração da natureza pelo homem. Atrelada a esse processo, a ampliação dos problemas ambientais fez com que essa questão se tornasse alvo de inúmeras discussões. Com efeito, a poluição e a degradação da qualidade ambiental constituem, inegavelmente, alguns dos principais efeitos externos negativos da atividade produtiva, seja na extração, na produção ou no consumo.

Percebendo esses efeitos adversos e a incapacidade do planeta de absorver o ritmo exploratório, a humanidade começa a voltar os olhos para o meio ambiente. A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia (1972).

A propósito, lembre-se de que, internamente, a Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

Assim, o desenvolvimento sustentável é o modelo que procura coadunar os aspectos ambiental, econômico e social, buscando um ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. Esse modelo de desenvolvimento considera em seu planejamento tanto a qualidade de vida das gerações presentes quanto a das futuras, diferentemente dos modelos tradicionais que costumam focar na geração presente ou, no máximo, na geração imediatamente posterior.

Os objetivos e metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômica – e podem ser colocados em prática por governos, sociedade civil, setor privado e cada cidadão comprometido com as gerações

futuras.

Há, pelo menos, três visões sobre o meio ambiente. A primeira, o desenvolvimentismo, defende o crescimento econômico a qualquer custo e não considera os danos ambientais nem a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Em um extremo oposto, há o preservacionismo, amparado na necessidade de uma postura radical de preservação ambiental. Por fim, de forma intermediária, contemplando a ideia de desenvolvimento sustentável, há o conservacionismo, o qual admite a exploração dos recursos naturais de forma racional e eficiente.

Diante da situação em tela, levanta-se uma questão que, em um primeiro momento, pode parecer paradoxal: é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental? A resposta é individual, mas, caso você acredite que sim, a sua argumentação pode incluir a questão do desenvolvimento sustentável. Na verdade, se refletirmos, veremos que não se trata de uma opção, mas uma imposição/condição: se não houver ambiente saudável, não haverá vida.

Nessa linha, pode-se argumentar pela necessária mudança de atitude por parte dos indivíduos, empresas e governos. Às pessoas cabe a reflexão sobre os seus hábitos de consumo e sobre a sua “pegada ambiental”, ou seja, quanto cada uma delas representa em termos de impacto ao meio ambiente. Corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida? Aqui também vale mencionar a necessidade de engajamento nas causas ambientais, a organização de associações capazes de mobilizar pessoas e governos, entre outras iniciativas.

Ao setor do agronegócio, cabem investimentos em uma produção mais limpa e de maior produtividade e o uso de defensivos químicos de menor impacto ao meio ambiente e à saúde humana. Ao setor produtivo, de modo geral, cabe a utilização de tecnologias menos poluentes, com menor consumo de energia e que, de preferência, seja obtida de fontes renováveis. Acrescente-se a isso o imperativo da economia circular, processo que se ampara no investimento de um *design* mais inteligente e na possibilidade de reuso, reutilização ou reciclagem de produtos, tudo com o

“Há, pelo menos, três visões sobre o meio ambiente. A primeira, o desenvolvimentismo, defende o crescimento econômico a qualquer custo e não considera os danos ambientais nem a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Em um extremo oposto, há o preservacionismo, amparado na necessidade de uma postura radical de preservação ambiental. Por fim, de forma intermediária, contemplando a ideia de desenvolvimento sustentável, há o conservacionismo, o qual admite a exploração dos recursos naturais de forma racional e eficiente. Diante da situação em tela, levanta-se uma questão que, em um primeiro momento, pode parecer paradoxal: é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental? A resposta é individual, mas, caso você acredite que sim, a sua argumentação pode incluir a questão do desenvolvimento sustentável. Na verdade, se refletirmos, veremos que não se trata de uma opção, mas uma imposição/condição: se não houver ambiente saudável, não haverá vida.”

“A posição da Auditoria Interna continua passiva em relação à forma como as instituições identificam, quantificam e gerem os riscos ESG. O relatório do The IIA de fevereiro de 2022 evidenciou que menos de 30% das áreas de Auditoria Interna são envolvidas nas ações-chave ESG da organização, e apenas metade das organizações obtém algum nível de conforto das suas áreas de Auditoria Interna sobre as divulgações ESG. A abordagem adotada pelos líderes das organizações exclui a oportunidade única de se beneficiar do conhecimento e da experiência interna acumulada pelas equipes de Auditoria Interna. As evidências indicadas parecem apontar para dois vértices causais: por um lado, os auditores internos adotam naturalmente uma postura conservadora, particularmente para com os exercícios de avaliação de riscos ESG que são consideráveis, complexos e vastos; e por outro lado, os líderes das organizações têm optado por desenvolver uma abordagem ESG sem envolver as linhas de defesa e, particularmente, as equipes de Auditoria Interna.”

objetivo de reduzir a quantidade de resíduos. Aos governos cabem os avanços na área legislativa com foco na preservação ambiental, o uso de incentivos para empresas adotarem práticas mais sustentáveis, investimento em saneamento básico, entre outros.

Também chamado de relatório de sustentabilidade, o *Environmental, Social & Governance* (doravante denominado “Relatório ESG”) trata-se de um *report* que tornam públicas todas as medidas e ações realizadas por uma empresa no que se refere a questões socioambientais e de governança.

Podemos verificar, como caso concreto, o Relatório ESG da Tim, mencionando que foram atingidos no *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, índice global que avalia práticas corporativas de diversidade, o primeiro lugar do Brasil e o 10º global. Além disso, segundo o Relatório ESG da referida empresa, a Tim foi a melhor instituição da América Latina no Índice de Igualdade de Gênero da *Bloomberg 2023 (GEI)*, no qual alcançou a 7ª colocação entre as 484 companhias selecionadas em todo o mundo e de diversos setores¹.

Passados alguns anos desde o Acordo de Paris, a função de auditoria interna das instituições tem se mantido inerte em relação aos riscos ambientais, sociais e de governança (ESG). As instituições, em sua grande maioria, concentram as suas ações no “E” do ESG, de forma a cumprirem com a regulamentação e a pressão do supervisor.

A posição da Auditoria Interna continua passiva em relação à forma como as instituições identificam, quantificam e gerem os riscos ESG. O relatório do *The Institute of Internal Auditors (The IIA)* de fevereiro de 2022² evidenciou que menos de 30% das áreas de Auditoria Interna são envolvidas nas ações-chave ESG da organização, e apenas metade das organizações obtém algum nível de conforto das suas áreas de Auditoria Interna sobre as divulgações ESG.

Adicionalmente, mais de 2/3 das áreas de Auditoria Interna reconhecem que existem barreiras ao seu envolvimento nas ações ESG, como a falta de informação ESG que seja passível de análise. A abordagem adotada pelos líderes das organizações exclui a oportunidade única de se beneficiar do conhecimento e da experiência interna acumulada pelas

equipes de Auditoria Interna.

As evidências indicadas parecem apontar para dois vértices causais: por um lado, os auditores internos adotam naturalmente uma postura conservadora, particularmente para com os exercícios de avaliação de riscos ESG que são consideráveis, complexos e vastos; e por outro lado, os líderes das organizações têm optado por desenvolver uma abordagem ESG sem envolver as linhas de defesa e, particularmente, as equipes de Auditoria Interna.

É importante que a função de Auditoria Interna recupere o tempo perdido e dinamize ações de auditoria que desafiem a abordagem da organização, contribuindo para um entendimento robusto da exposição aos riscos ESG e demonstrando que esses riscos, pela sua abrangência, serão sempre maiores do que as obrigações regulamentares que deles advêm.

Os fatores ambientais, sociais e de governança referem-se aos três pontos centrais na mensuração da criação de valor de uma empresa no curto e longo prazo. A forma de gestão desses fatores pode aumentar ou reduzir a confiança das partes que influenciam o sucesso do negócio, tais como investidores, agências de classificação, clientes, consumidores, reguladores e outros grupos sociais.

Isso posto, e considerando a relevância significativa da Auditoria Interna para a conformidade das operações, deveremos atuar tempestivamente nas ações relacionadas ao tema, adotando boas práticas já consolidadas pelo mercado. Com essas atitudes deixaremos nosso legado como auditores para as futuras gerações. **AI**

*O IIA Brasil não se responsabiliza, nem de forma individual, nem de forma subsidiária ou solidária, pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos no texto, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

¹Disponível em <https://api.mziq.com/mzfile-manager/v2/d/4c4aa51f-1235-4aa1-8b83-adc92e8dacc3/6399e2d7-79f2-f7a3-5e0a-bcd-47c003054?origin=1>. Acesso em 08 de maio de 2023.

²Disponível em <https://www.theiia.org/en/content/articles/global-knowledge-brief/2022/february/the-esg-landscape-part-1/>. Acesso em 08 de maio de 2023.

“É importante que a função de Auditoria Interna recupere o tempo perdido e dinamize ações de auditoria que desafiem a abordagem da organização, contribuindo para um entendimento robusto da exposição aos riscos ESG e demonstrando que esses riscos, pela sua abrangência, serão sempre maiores do que as obrigações regulamentares que deles advêm. Os fatores ambientais, sociais e de governança referem-se aos três pontos centrais na mensuração da criação de valor de uma empresa no curto e longo prazo.

A forma de gestão desses fatores pode aumentar ou reduzir a confiança das partes que influenciam o sucesso do negócio, tais como investidores, agências de classificação, clientes, consumidores, reguladores e outros grupos sociais. Isso posto, e considerando a relevância significativa da Auditoria Interna para a conformidade das operações, deveremos atuar tempestivamente nas ações relacionadas ao tema, adotando boas práticas já consolidadas pelo mercado. Com essas atitudes deixaremos nosso legado como auditores para as futuras gerações.”



Curso CIA - Parte 3

19 a 23 de junho | On-line

Valor: R\$ 3.900,00

48 créditos de CPE

Curso Audi 2 EOP - Novo

21 a 23 de junho | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

28 créditos de CPE

IA-CM

26 a 30 de junho | On-line

Valor: R\$ 3.000,00

24 créditos de CPE

Curso Tools for Audit Managers

26 a 30 de junho | On-line

Valor: R\$ 3.000,00

28 créditos de CPE

Curso CIA - Parte 1

26 a 29 de junho | On-line

Valor: R\$ 3.500,00

38 créditos de CPE

Curso Fraud - Novo

26 a 28 de junho | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

28 créditos de CPE

Curso Audi 1

03 a 05 de julho | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

28 créditos de CPE



PADRÃO DE QUALIDADE

O Instituto dos Auditores Internos conta com uma equipe de instrutores qualificada que possui alta avaliação de desempenho. Eles passam por constantes análises dos participantes de cada evento administrado pelo IIA Brasil. Suas certificações e históricos profissionais garantem treinamentos com excelente potencial de aprendizagem e absorção do conteúdo ministrado. Saiba mais no [link iiabrasil.org.br/cursos/instrutores](http://link.iiabrasil.org.br/cursos/instrutores).

jan
fev
mar
abr
mai
jun
jul
ago
set
out
nov
dez

Os treinamentos do IIA Brasil são exclusivos para associados. Para detalhes consulte iiabrasil.org.br.
As datas poderão sofrer alterações e as turmas cancelamentos por falta de quórum.
Condições diferenciadas para grupos empresariais.
As informações exibidas aqui também podem conter modificações após a publicação da revista.



GRC

Auditando a Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos é fundamental para o controle organizacional e uma parte crítica do desempenho de uma boa governança corporativa. Ele envolve todas as atividades da organização. Por esse motivo, muitas organizações estão se mobilizando para adotar um processo mais formal de GRC.



Conceitos básicos de Contabilidade para auditores internos

INSCRIÇÕES ABERTAS



Instituto dos
Auditores Internos
do Brasil